

O uso do método prosopográfico em história da educação a partir da revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo' (1912-1932)

Ivanilson Bezerra da Silva* e Jeferson Carriello do Carmo

Faculdade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: rev.ibs@gmail.com

RESUMO. O texto tem como objetivo mostrar como podemos utilizar o método prosopográfico no campo da história da educação. Organizamos da seguinte forma: o primeiro item aborda o uso do método prosopográfico em relação aos estudos das elites. Neste tópico, também acentuamos a possibilidade de a prosopografia para a análise das classes subalternas. O segundo, apresenta um breve balanço historiográfico sobre o uso do método prosopográfico no campo da história da educação e, finalmente, apresentamos um exemplo do uso do método aplicado à história da educação em que analisamos, a partir da revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo', o perfil biográfico de 20 maçons que exerceram atividades educacionais na esfera pública e privada. Demos também destaque a algumas instituições educacionais organizadas e dirigidas por esses educadores.

Palavras-chave: prosopografia; maçons; elites; classes subalternas; educadores.

The use of the prosopographic method in the history of education from the magazine 'A Maçonaria in the State of São Paulo' (1912-1932)

ABSTRACT. The text aims to show how we can use the prosopographic method in the field of the history of education. We organized as follows: the first item addresses the use of the prosopographic method in relation to the studies of elites. In this topic, we also emphasize the possibility of prosopography for the analysis of subordinate classes. The second, presents a brief historiographical balance about the use of the prosopographic method in the field of the history of education and, finally, we present an example of the use of the method applied to the history of education in which we analyzed, from the magazine 'A Maçonaria no Estado de São Paulo', the biographical profile of 20 Freemasons who carried out educational activities in the public and private spheres. We also highlighted some educational institutions organized and run by these educators.

Keyword: prosopography; freemasons; elites; subordinate classes; educators.

El uso del método prosopográfico en la historia de la educación de la revista 'A Maçonaria en el Estado de São Paulo' (1912-1932)

RESUMEN. El texto tiene como objetivo mostrar cómo podemos utilizar el método prosopográfico en el campo de la historia de la educación. Nos organizamos de la siguiente manera: el primer ítem aborda el uso del método prosopográfico en relación con los estudios de las élites. En este tema, también enfatizamos la posibilidad de la prosopografía para el análisis de clases subordinadas. El segundo, presenta un breve balance historiográfico sobre el uso del método prosopográfico en el campo de la historia de la educación y, finalmente, presentamos un ejemplo del uso del método aplicado a la historia de la educación en el que analizamos, de la revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo', el perfil biográfico de 20 masones que realizaron actividades educativas en las esferas pública y privada. También destacamos algunas instituciones educativas organizadas y dirigidas por estos educadores.

Palabra-clave: prosopografía; masones; elites; clases subordinadas; educadores.

Received on June 24, 2020.
Accepted on February 5, 2021.
Published in March 03, 2022.

Prosopografia e os estudos das elites

O enfoque metodológico que recolocou as elites no centro das análises dos historiadores, é o da prosopografia ou das biografias coletivas. Heinz (2006), acentua que o método utiliza uma abordagem

sociológica em pesquisa histórica, visando relevar características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a “[...] elaborar perfis sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, enfatizando os mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (estratégias de carreira dos indivíduos)” (Heinz, 2006, p. 9). Segundo o autor, o método possibilita conhecer as propriedades sociais dos vários grupos, a valorização ou desvalorização, analisar a composição dos capitais, atributos culturais, econômico ou social, as estratégias empregadas pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, evitar – através de mecanismos de reconversão social – um declínio ou uma reclassificação social abrupta.

Charle (2001) ressalta que o método não possui um fim em si mesmo. É uma ferramenta que permite não somente tornar mais preciso os dados, como renovar as perspectivas. Ela não é meramente uma descrição dos aspectos externos, mas a interpretação das relações internas de um sujeito coletivo. O método consiste em:

[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise (Charle, 2006, p. 41).

Segundo Stone (2011), a prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas.

O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são justapostas, combinados em buscas de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar correlações internas com outras formas de comportamento ou ação (Stone, 2011, p. 115).

A respeito dos limites e perigos do uso do método, Stone (2011), pontua: as deficiências dos dados, erros na classificação dos dados, erros na interpretação dos dados e limitações da compreensão histórica. O método funciona melhor quando aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos.

Os estudos acima, mostram que o método prosopográfico sempre esteve ligado aos estudos das elites. A respeito do termo elites é válido acentuar que o conceito nasceu no campo da sociologia política e teve como proposta construir uma análise que se opunha a cosmovisão marxista da história, conforme acentua Leferme-Falguières e Van Renterghem (2001). Segundo Busino (1992) o termo elite no singular carrega um acúmulo de conotações ao mesmo tempo múltiplas e contraditórias. O termo foi por muito tempo utilizado com o significado de identificar aquele que era ‘eleito’, ‘escolhido’, ‘eminente’, ‘distinto’, sujeitos que estavam acima da média em um determinado grupo de pessoas ou sociedade. O conceito era usado para designar uma minoria pertencente a uma determinada sociedade que possui prestígio, privilégios, recursos naturais, socialmente valorizados ou qualidades adquiridas. No plural, a palavra qualifica todos aqueles que fazem parte de um grupo minoritário que ocupa uma posição superior em determinada sociedade e que invoca pra si o direito de resolver causas comuns devido ao seu nascimento, ritos, cultura ou riqueza. Tanto no singular como no plural, a palavra significa o oposto da massa, esta entendida pelo autor como uma multiplicidade de pessoas que pertencem a uma classe inferior do ponto de vista da hierarquia social.

Segundo o autor, os trabalhos pioneiros de Mosca e Bouthoul (1975) e Pareto (1996) no campo da sociologia política são os que mais influenciaram os estudos sobre as elites. Para Mosca e Bouthoul (1975) em todas as sociedades existem duas classes: uma classe que dirige e outra que é dirigida. A primeira, é composta por uma minoria que exerce funções políticas, monopoliza o poder e usufrui de vantagens que o poder proporciona, enquanto a segunda é numerosa, dirigida e controlada pela primeira. Esta supre a classe mais numerosa com meios materiais de subsistência. Tanto Mosca e Bouthoul (1975) quanto Pareto (1996) em seus estudos pensam a elite como um segmento da sociedade que luta pela manutenção das estruturas sociais que possam garantir prestígio, monopólio do poder político, motivar transformações nas relações econômicas, sociais e políticas, objetivando a legitimação da posição de comando. Ambos entendem as elites como grupo de pessoas que exercem diretamente o poder político, ou que têm condições de influir sobre seu exercício.

De acordo com Leferme-Falguières e Van Renterghem (2001), os primeiros trabalhos elaborados no campo da teoria das elites tiveram como ponto de partida uma crítica às análises marxistas do estado e do poder.

Enquanto para Marx, a dominação política era uma consequência da dominação econômica da classe que detém os meios de produção, para os proponentes da teoria das elites é o exercício do poder ou a submissão à autoridade política, que define os diferentes grupos sociais. Esse posicionamento desafiou o postulado marxista do primado da economia sobre a política, recusando a análise dos fenômenos sociais resultantes das relações de poder econômico e consequentemente colocou as relações de dominação política no centro da sua abordagem. Embora a teoria foi usada como instrumento de crítica à ordem vigente, ela também tem sido usada com mais frequência para atacar as ideologias progressistas, reiterando as desigualdades entre os homens. Segundo os autores, a teoria 'clássica' das elites é, portanto, uma ideologia normativa que, em nome de um realismo aporético, defende, a ordem e a noção de excelência. A ideia subjacente é que as elites dominantes são compostas de indivíduos capazes de governar, por causa de suas habilidades e qualidades psicológicas. A prova de sua excelência, segundo os autores, reside precisamente na posição dominantes desses grupos. Essa minoria ativa que forma o movimento histórico.

Além disso, essas elites sofrem mudanças na sua composição dentro de um determinado período, em geral através do recrutamento individual de novos membros dos estratos inferiores da sociedade (Bottomore, 1974). Para este autor, o termo 'elites' se refere, sobretudo, a grupos ocupacionais, que possuem status elevado em determinada sociedade. Em suas considerações, afirma que o conceito foi empregado no século XVII para designar produtos de qualidade excepcional. Seu emprego foi posteriormente estendido para abranger grupos sociais superiores, tais como unidades militares de primeira ordem ou os postos mais altos da nobreza. Segundo nos informa o autor, o estudo das elites deve levar em consideração: o tamanho das elites, seu número, seu relacionamento entre si e com os grupos possuidores de poder político, o caráter aberto ou fechados das elites, a forma de recrutamento de seus membros e o grau de mobilidade social.

Codato (2015), ao analisar os estudos de Mills (1956) sobre a elite de poder, sugere os seguintes procedimentos: analisar quais são as instituições mais importantes de uma determinada sociedade, descrever seus traços fundamentais, saber se as cúpulas dessas instituições, seus ocupantes, estão ou não ligados entre si e como é efetivamente essa ligação, saber que tipo de recurso social confere poder ao grupo ou aos grupos mais importantes, analisar o tipo de pessoa de 'elite' que uma organização social produz, é necessário delimitar qual o tamanho da elite que realmente manda e, por último, para circunscrever e descrever 'a elite de poder' exige-se que se delimite o tipo de unidade do grupo analisado.

Em suas análises, Heinz (2006) afirma que a apropriação da noção de elite por historiadores possibilita uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social. Neste sentido, trata-se de uma análise dos autores situados no topo da hierarquia do poder, da complexidade de suas relações e dos laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade. Para o autor, o conceito de elite é muito mais amplo e flexível, pois pode ser aplicado a qualquer grupo que luta pela detenção do poder.

Segundo Leferme-Falguières e Van Renterghem (2001) apesar do dinamismo dos estudos quantitativos, o estudo das elites passou por um período de desconfiança por parte dos historiadores. O principal problema na aplicação da noção de elite à pesquisa histórica é, de fato, a dificuldade de definir de maneira clara e definitiva as elites como objeto histórico. Como diz Giovanni Busino (1992, p. 87-88):

A análise histórica mostra claramente que esse conceito não se aplica a nenhuma realidade histórica específica e que, além disso, pode se referir simultaneamente a forças sociais extremamente diferentes e muitas vezes contraditórias. Nem a renda, nem a riqueza, nem a profissão, nem o lugar ocupado em uma hierarquia institucional, nem o estilo de vida permitem, de fato, individualizar ou localizar uma elite.

O conceito de elite pode revelar-se uma ferramenta eficaz para a pesquisa histórica, tanto para as sociedades antigas e para os períodos mais recentes. No entanto, é necessário, de antemão, definir o seu esboço e aceitar a heterogeneidade necessária: a noção, derivada da sociologia política, só é operacional na história se não pressupõe a existência de um grupo unitário e homogênea. Hoje, estamos mais propensos a falar sobre as elites do que sobre a elite (Leferme-Falguières e Van Renterghem, 2001).

Tais autores acentuam que como expoentes da história e sociologia das elites estão os trabalhos fundadores de Pierre Bourdieu (2007) e Norbert Elias (1994). Suas análises ultrapassaram o escopo de especificidades econômicas ou ação política das elites, focando na dimensão simbólica. Na perspectiva de Bourdieu o foco recai nas práticas e comportamentos, *habitus*, vestuário, alimentos, formas de sociabilidade, práticas esportivas e de consumo. É no campo que os agentes sociais dominantes exercem o poder através dos mais variados capitais: simbólicos, culturais, sociais, econômicos, com o objetivo de alcançarem posições privilegiadas (Bourdieu, 2007).

Os estudos históricos e sociológicos da teoria das elites, que consistem em compreender como o capital cultural e simbólico são utilizados estrategicamente como forma de distinção e de reprodução, ou seja, a maneira pela qual as elites renovam ou mantêm uma posição dominante na sociedade, possibilitaram analisar outros tipos de elites, não apenas aquelas que faziam parte dos grupos dominantes. Isto possibilitou também a renovação interna da abordagem histórica das elites, ou seja, um retorno aos métodos de análise textual, sendo a dimensão simbólica, mais implícita do que outros aspectos – que às vezes tem sido acompanhada por desconfiança nas abordagens quantitativas e prosopográficas. Portanto, definir o conceito de elites para torná-lo um conceito histórico operativo não é evidente, entretanto, requer algumas precauções metodológicas. Isso inclui estabelecer critérios confiáveis e considerar a questão de uma perspectiva dinâmica. Entre os critérios temos: reconhecimento e exclusão, domínio de *know-how*, fortuna e cultura, heterogeneidade, mobilidades das redes sociais, abertura e fechamento das elites (Leferme-Falguières e Van Renterghem, 2001).

Ao falar sobre a contribuição dos novos métodos em relação aos estudos da elite, Charle (2006, p. 32, grifo do autor) afirma que:

As biografias sociais permitem colocar à luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou burguesia utilizam. A dinâmica dominante interna às elites, do polo intelectual ao polo econômico (pela ascensão), ou inversamente, do polo econômico ao polo cultural (pelo enobrecimento), dá conta de muitos processos anteriormente julgados em termos morais: traição de sua classe de origem, aburguesamento de um lado, traição do progresso, fuga para uma vida ‘de rendas’ de outro. A história cega dos dominantes que era a história política clássica pode atualmente ser reinventada graças a esse aporte de mediações finas entre posição social, posição ideológica e dinâmica social.

O autor acentua ainda que as atuais pesquisas permitem transferir o velho esquema de oposição aristocracia/burguesia, em que a história das elites foi inventada, para o interior das diversas frações da burguesia ou dos tipos de elites.

Segundo Heinz e Codato (2015, p. 253),

Assim, a prosopografia não se resume à produção de tabelas de frequência com informações socioprofissionais e de carreira sobre agentes políticos do passado, a partir de dados pré-construídos, mas à produção de uma base de dados que, em boa medida, reúna um conjunto de evidências fabricadas pelo pesquisador, isto é, informações que reconheçam o aspecto lacunar do perfil produzido como estruturado socialmente. E que busque superar esse aspecto com pesquisa documental minuciosa.

Para os autores, a prosopografia é muito mais que uma técnica de coleta de dados. Ela é um recurso metodológico cujo o objetivo é organizar, a partir de um problema sociológico, os dados biográficos de um grupo. O método prosopográfico é uma ferramenta com a qual se atacam alguns problemas básicos na história.

O primeiro refere-se às origens da ação política: o desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles. O segundo refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos [recruits] de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família; um terceiro conjunto de problemas lida com a correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais ou outros. Assim, aos olhos de seus expoentes, o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior. Inventada como um instrumento da história política, ela é agora crescentemente empregada pelos historiadores sociais (Stone, 2011, p. 115-116).

Prosopografia e as classes subalternas

Com a renovação teórico e metodológica proporcionada pela Escola dos *Annales* (1929), historiadores sugeriram o uso do método para analisar as classes subalternas. Entre eles, temos Ginzburg que propõe uma prosopografia vista de baixo:

Há alguns anos, traçando um balanço das investigações prosopográficas, Laurence Stone distinguiu duas correntes: uma, qualitativa, centrada sobre o estudo das ‘elites’ (políticas, culturais, etc.); a outra, quantitativa, virada para a inquirição de agregados sociais mais amplos. A nossa proposta pretende combinar a óptica não elitista da segunda corrente com a análise particularizada da primeira – uma prosopografia a partir de baixo (análoga à proposta ‘*case studies*’, embora sem excluir, como já se disse, investigações do tipo serial (Ginzburg, 1989, 176, grifo do autor).

A proposta de Ginzburg é aliar a análise qualitativa da prosopografia das elites à análise quantitativa da prosopografia das classes subalternas. Segundo o autor:

Que uma prosopografia a partir de baixo se atribua como objetivo uma série de ‘*case studies*’ é coisa óbvia; uma investigação que seja ao mesmo tempo qualitativa e exaustiva apenas poderá tomar para exames entidades numericamente circunscritas – ‘elite’, precisamente. O problema será então o de selecionar, na massa dos dados disponíveis, casos relevantes e significativos. Significativos no sentido de estaticamente frequentes? Nem sempre. Existe também aquilo a que Edoardo Grendi chamou, sugestivamente, o ‘excepcional normal’. A esta expressão podemos atribuir pelo menos dois significados. Antes de mais nada ela designa a documentação que só aparentemente é excepcional. Stone dava relevo ao facto singular de os únicos grupos subalternos em que é possível recolher, em certos casos, um bom número de informações serem ‘grupos minoritários’, por definição excepcionais, dado que se trata de indivíduos que se revoltam contra os comportamentos e as crenças da maioria. Mas um exame dos processos criminais anteriores do século XIX (ou seja, antes de se afirmar a figura do criminoso profissional na aceção moderna do termo) leva o investigador a conclusões menos pessimistas. A esmagadora maioria destes processos diz respeito a delitos vulgaríssimos, às vezes de pouca monta, tais como rixas, pequenos furtos e coisas do género, cometidos por indivíduos absolutamente não excepcionais (Ginzburg, 1989, 177, grifo do autor).

Um dos problemas apontado pela historiografia está relacionado ao pouco registro e fontes relacionadas as classes subalternas. A respeito disso, os autores supracitados afirmam que se as fontes se silenciam ou distorcem sistematicamente a realidade das classes subalternas, um documento excepcional pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados.

Segundo Schmidt (2000, p. 8):

No Brasil, também apareceram recentemente, em especial na década de 90, diversas biografias de militantes operários, sobretudo na forma de teses e dissertações. Seguindo orientações teórico-metodológicas diferenciadas, tais trabalhos têm evidenciado a importância de indivíduos singulares na formação do movimento operário local, sobretudo em seu período inicial, ou seja, a I República. Seus autores buscam mostrar que, para além das ideologias e organizações formalizadas, existia todo um trabalho cotidiano, por vezes mais afetivo que político, cristalizado na constituição de redes de amizade, de ajuda mútua, mas também de rivalidade e de conflito. Recupera-se, através das vivências destes personagens, o papel dos sentimentos, do privado, das ações minúsculas do dia-a-dia, no processo de organização (ou de desorganização) da classe.

O autor acentua que os estudos deram ênfase aos militantes mais destacados, ou seja, a abordagem centrou naquilo que ele denominou de ‘elites’ do movimento operário. É possível aplicar o termo elite aos líderes da classe operária? Se pensarmos na posição que os militantes ocupam no movimento operário, certamente que sim! Pois o método posicional pensado por Mills (1956) considera elite agentes que ocupam posição dominante em qualquer campo social. Jean Maitrón (1964) em seu dicionário biográfico sobre a classe operária sugere a seguinte divisão: os líderes e a base. Segundo Batalha (1997) é complexo categorizar a estrutura da classe operária, porém sugere três tipos de militantes no Brasil na Primeira República: lideranças, quadros intermediários e bases. Para ele, apenas uma minoria de militantes chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites da categoria profissional.

Os dicionários do movimento operário têm sido utilizados nas abordagens que levam em conta a prosopografia.

Os dicionários do movimento operário possibilitam abordagens e leituras prosopográficas das biografias neles reunidas, ou seja, torna possível visualizar o que há de comum em indivíduos de certa geração, de um grupo ocupacional particular, de determinada corrente política e assim por diante (Batalha, 2009, p. 176).

Pelo que vimos, o método prosopográfico pode ser aplicado aos mais variados grupos sociais. O importante na aplicação do método é inquestionavelmente a fonte selecionada, o objetivo de pesquisa e o grupo selecionado. As fontes utilizadas serão extremamente importantes na análise do grupo biografado. Para a aplicação do método às classes subalternas é imprescindível, que o historiador, além do conhecimento das fontes, entenda a sua falta de padronização.

Um breve balanço historiográfico sobre o uso do método em história da educação

Em relação ao campo da história da educação brasileira o uso do método prosopográfico ainda é incipiente. Podemos destacar algumas vertentes a respeito do método na história da educação. A primeira vertente é aquela que constrói o perfil coletivo das elites dominantes e sua relação com a educação. Destacamos com isso, os trabalhos de Silva (2016), intitulado: 'Para os grandes males, os grandes remédios' propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). O trabalho inovador utilizou o método prosopográfico para analisar representantes das 'classes produtoras' mais ativos na organização e realização do evento. Através do método prosopográfico, a autora levantou informações sobre suas famílias, formação escolar, ocupações e atividades políticas. Temos também, o trabalho de Silva e Bontempi Júnior (2018), intitulado: 'Elite Maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro' na revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo' (1912-1932). Os autores utilizaram o método prosopográfico com objetivo de construir o perfil coletivo da elite maçônica paulista. Selecionaram um grupo de maçons expoentes entre 1912 e 1932, apontando a natureza e o volume dos capitais que perfaziam um perfil comum entre eles e o envolvimento do grupo com a organização de escolas ligadas à maçonaria paulista. Concluíram que a elite maçônica é detentora de "[...] significativos capitais econômicos, sociais, políticos, indicando haver homologia e reconversões entre os campos; que o empenho na instrução das classes subalternas respondia a exigências filantrópicas do grupo, revertendo em prestígio e distinção para promotores individuais e para a própria maçonaria" (Silva & Bontempi Júnior, 2018, p. 1).

A segunda vertente constrói a biografia coletiva dos professores, diretores, literatos, ou seja, de intelectuais envolvidos com a educação. Neste sentido, temos o trabalho de Odaléia Alves da Costa, intitulado: 'O Livro do Povo na expansão do Ensino Primário no Maranhão' (1861-1881). A autora constrói uma biografia coletiva de uma geração de intelectuais no Maranhão cujas características comuns eram: "[...] identidade marcada pelas origens territoriais, classe social, gosto pela literatura, espaços frequentados (redações de jornais, tipografias, livrarias, teatros, escolas, universidades)" (Costa, 2013, p. 34). Temos também o trabalho de Andréa Silva de Fraga (2017), intitulado: 'Trajetória de alunas-mestras a professoras intelectuais da educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)'. Além de outros procedimentos historiográficos, do ponto de vista metodológico a autora utilizou o método prosopográfico para analisar a trajetória das alunas-mestras e professoras e seu engajamento na renovação pedagógica. A construção da narrativa biográfica foi organizada a partir do método prosopográfico da formação inicial das alunas-mestras. Ela analisou a produção intelectual dessas professoras na Revista o Estudo, na Revista do Ensino/RS, nos Boletins do Cpoe/RS, em impressos e livros. A prosopografia ajudou também a autora estudar os espaços de sociabilidade proporcionados pelos mecanismos de capilaridades oferecidos tanto pelos editoriais das revistas como também dos locais de convívio das intelectuais analisadas. Outro trabalho mais recente, foi elaborado por Juliana Fernandes Lança, orientado pelo professor Bruno Bontempi Júnior, intitulado: 'Capitais e formação acadêmico-profissional dos egressos da Escola Politécnica de São Paulo (1899 a 1905)'. A pesquisa teve como objetivo geral "[...] desvelar qual o perfil socioeconômico e de escolaridade que caracteriza os formados nos cursos de primeira divisão (formação de engenheiros) da Escola Politécnica de São Paulo" (Lança, 2018, p. 5). Através do método prosopográfico, a autora mostrou as predisposições socialmente favoráveis dos estudantes que vieram a ser academicamente bem-sucedidos (Lança, 2018). As fontes utilizadas foram: pastas de alunos e funcionários, anuários, atas da congregação, edições comemorativas, biografias e livros institucionais.

A terceira vertente no campo da história da educação que encontramos, analisa agentes sociais pertencentes as camadas sociais desfavorecidas. Neste sentido, destacamos o trabalho de Santos (2018), intitulado: 'A História da África cultura africana e afro-brasileira em livros didáticos da Educação de Jovens e Adultos'. Embora a preocupação do autor seja mais ampla, ou seja, analisar a História da África destinada aos estudantes do EJA, podemos notar o uso do método prosopográfico com o objetivo de construir o perfil biográfico desses estudantes. Há uma gama de possibilidade do uso do método prosopográfico com os diversos agentes sociais e das mais variadas classes. O trabalho de Santos (2018) é um exemplo da possibilidade do uso do método com agentes sociais pertencentes as camadas sociais subalternas.

Com base nas consultas nos sites das agências de fomento constatamos que o uso do método prosopográfico é incipiente no campo da história da educação. Dos trabalhos que apontamos nas vertentes supracitadas, acentuamos que existem outros aspectos do campo educacional em que o método prosopográfico pode ser útil. Não encontramos trabalhos que analisem o perfil do alunado, de diretores, de técnicos administrativos das escolas. Podemos utilizar o método com o objetivo de construir uma biografia

coletiva de diretores de universidades, faculdades ou centros universitários de determinado período. Neste sentido, também é possível analisar o próprio alunado, ou seja, perfil de determinada geração de alunos de escolas públicas e privadas.

Como aplicar o método prosopográfico em história da educação

Em relação as possibilidades da prosopografia em história da educação, o pesquisador deve ter em mente os seguintes passos. 'O primeiro passo é a escolha das fontes'. Segundo Heinz e Codato (2015, p. 271): "[...] a primeira (e principal) reflexão que se deve fazer é sobre as fontes dos dados: sua natureza, potencialidades, limites". Com a renovação teórico e metodológica promovida pelos historiadores da Escola dos *Annales* o uso das mais variadas fontes ampliou-se. Em relação a prosopografia há várias possibilidades de fontes e uso no campo da história da educação: jornais, periódicos educacionais, revistas, anuários, livro de matrículas de alunos. Vale ressaltar que o método não restringe apenas ao uso de um tipo de fontes. Outras fontes são necessárias para consolidar os dados do biografado, seja do aluno, professor ou diretor das mais variadas instituições escolares. O livro de matrícula dos alunos é uma excelente fonte. Livros de memórias das escolas ou universidades também podem trazer informações sobre diretores, professores e alunos. As revistas educacionais ou pedagógicas também são importantes fontes de pesquisas no campo da história da educação para analisar uma geração de intelectuais. É possível construir a prosopografia dos seus principais redatores e colaboradores, objetivando não apenas caracterizar o perfil comum entre eles, mas também a trajetória desses intelectuais, a geração da qual eles fazem parte, as circulações de ideias e a rede de sociabilidade, a formação, profissões exercidas, associações que pertenceram, trajetória política e profissional, obras publicadas, idade, gênero e outros aspectos que o pesquisador julgar importantes. Cabe ao pesquisador selecionar bem suas fontes e fazer o devido levantamento dos dados.

No caso dos autores supracitados, observa-se o uso de revista como fonte de pesquisa. A partir dela é possível não apenas construir o perfil biográfico dos agentes sociais pertencentes a determinado grupo social, mas também estudar as redes de sociabilidades, os discursos construídos, o pensamento disseminado nas revistas. O mesmo procedimento pode ser feito com outros grupos sociais, não apenas as elites econômicas, culturais e sociais, mas também com agentes sociais ligados, por exemplo ao movimento operário, ao socialismo, ao anarquismo. A fonte de pesquisa pode ser os jornais operários e revistas especializadas. No campo da história da educação, podem ser usadas as revistas pedagógicas, tal como o Fraga (2017) utilizou. Os jornais também podem ser uma importante fonte de pesquisa na obtenção de informações sobre redatores e principais articulistas, além de proporcionar análise de suas práticas e discursos. Eles podem nos ajudar a entender as redes de sociabilidade dos agentes biografados, a circulação de ideias, os espaços de ocupação social. Em nossos estudos sobre a elite maçônica (Silva, 2010), os livros de matrículas e tesouraria das Lojas foram essenciais para se entender o perfil social do grupo analisado. Tais fontes podem nos ajudar na elaboração de trabalhos que utilizam o método prosopográfico, pois registram informações sobre os maçons: nacionalidade, filiação, profissão, formação, idade, renda financeira. O livro da tesouraria não apenas mostra o movimento financeiro das lojas maçônicas, mas também os valores cobrados nas iniciações, elevações, exaltações nos graus maçônicos e valores investidos em educação.

Temos ainda:

Os boletins oficiais da Maçonaria são outra fonte importante para analisar as práticas dos maçons e lojas brasileiras. Os boletins oficiais do Grande Oriente do Brasil ou de outras potências mostram, entre outras coisas, a burocracia, a dinâmica de poder, a rede de sociabilidade maçônica, a internacionalização da maçonaria, os livros das bibliotecas maçônicas, os agentes sociais maçons e seus graus, a hierarquia de poder na maçonaria, os atos, decretos e leis maçônicas, as instituições filantrópicas e educacionais, o debate político, a posição dos maçons sobre vários temas sociais, econômicos, culturais e educacionais, a participação de maçons em correntes filosóficas como o socialismo, anarquismo, positivismo e outros (Silva, 2019, p. 7).

'O segundo passo' para o uso do método prosopográfico no campo da história da educação é escolher bem o grupo a ser pesquisado. A partir disso, cabe ao pesquisador fazer uma lista geral dos indivíduos que formam o grupo estudado. Os critérios de escolhas podem ser os mais variados. Podemos escolher os indivíduos que alcançaram maior projeção no campo educacional, cultural ou social. Ou ainda, escolher o grupo a ser biografado por critérios comuns e observáveis. Escolher um grupo a ser biografado nem sempre é uma tarefa fácil. Normalmente, as elites são mais fáceis de definir. Porém, se a opção recair sobre indivíduos que pertencem às classes subalternas ou outros grupos sociais, mais vagas se tornam as informações sobre estes

sujeitos (Verboven, Carlier, & Dumolyn, 2007). Na perspectiva da história da educação, podemos centrar nossas escolhas em professores, alunos, diretores, funcionários, intelectuais, políticos.

Selecionado o grupo a ser biografado, 'o terceiro passo' é a formulação do questionário. Dependendo do recorte histórico, do problema proposto e do tamanho da população prosopográfica, o questionário poderá conter perguntas abertas ou de múltiplas escolhas (Verboven et al., 2007). Em nosso estudo sobre elites maçônicas:

As perguntas levaram em consideração o ano de iniciação na maçonaria, o grau alcançado, a profissão, o cargo maçônico e a atuação política de cada agente. Os dados biográficos, organizados segundo variáveis quantitativas nominais, relativas à escolaridade, à ocupação, aos cargos maçônicos e aos cargos políticos compuseram quadros prosopográficos em que se descrevem as propriedades dos sujeitos, a fim de compreender-se a dinâmica do 'campo maçônico' (Silva & Bontempi Júnior, 2018, p. 4, grifo dos autores).

Para o presente estudo, o questionário abaixo nos ajudou a construir o perfil biográfico de 20 maçons que exerceram atividades educacionais.

a) Quem são os maçons envolvidos com educação que alcançaram as maiores posições no campo maçônico segundo a revista *A Maçonaria no Estado de São Paulo*?

b) Qual o percentual dos maçons envolvidos com educação e quais os tipos de cursos superiores que realizaram?

c) Quais foram as principais ocupação que exerceram em suas vidas profissionais? Quantos e quais foram os sujeitos que exerceram postos de comando no exército, política, escolas. Quem são e quantos acumularam títulos e prestígio social a partir de suas atuações profissionais?

d) Qual a porcentagem de maçons que alcançaram cargos de prestígio dentro da maçonaria?

e) Segundo as publicações, quantos e quais foram os maçons que atuaram como professores e diretores? Quantos estiveram à frente de escolas ligadas a maçonaria? Quantos estiveram à frente de escolas particulares?

f) Quantos e quais são os maçons escolhidos que exerceram cargos políticos?

Após a elaboração do questionário e tabulação em planilha, 'o quarto passo' trata-se da análise dos dados obtidos. Este procedimento tem como objetivo evidenciar as peculiaridades (permanentes ou transitórias) do grupo biografado para no final estabelecer traços comuns entre eles.

A importância analítica dada ao estudo das propriedades e das trajetórias coletivas de um conjunto de agentes pressupõe um esquema interpretativo do mundo social. Esse esquema deriva, por sua vez, de dois princípios subjacentes: em primeiro lugar, o foco em agregados concretos de indivíduos, historicamente situados, é central para se entender o funcionamento do mundo social (no lugar de grandes abstrações teóricas como 'classes sociais', por exemplo); em segundo lugar, seus atributos, enquanto grupo, são relevantes para explicar tanto seus comportamentos efetivos (opções, decisões concretas, disposições subjetivas), como a configuração assumida pelas instituições ('Estado', 'regime político', etc.) (Heinz & Codato, 2015, p. 269, grifos dos autores).

É importante deixar bem claro que o uso da prosopografia na análise de um grupo não pode ser considerado um único método. Tudo depende da formulação do problema e fonte de pesquisa. A elaboração de um sociograma pode ser usado para evidenciar as interações entre os agentes sociais e os campos aos quais pertencem. Através dele o historiador da educação consegue mapear as redes de sociabilidade, pois os agentes sociais podem estar conectados há vários campos sociais. O uso da prosopografia em história da educação é de fato um campo aberto e fértil. A eficiência do método no campo depende dos objetivos propostos na pesquisa, o grupo selecionado, a fonte de pesquisa, a literatura disponível sobre o assunto a ser trabalhado.

Um exemplo do uso do método prosopográfico aplicado à história da educação

A partir da revista '*A Maçonaria no Estado de São Paulo*', escolhemos 20 maçons que exerceram atividades educacionais tanto na esfera pública como na privada. Entre os selecionados, estavam professores, diretores, inspetor escolar e proprietários de colégios. Dos 20 maçons escolhidos que exerceram atividades educacionais, 55% alcançaram o grau 33, grau máximo da trajetória maçônica (Tabela 1). O que representa que dentro do campo maçônico exerceram uma posição de poder que, indubitavelmente, refletia em prestígio social em outros campos sociais da sociedade paulista, como por exemplo o campo educacional.

A respeito do capital cultural, os maçons selecionados apresentam o seguinte perfil, conforme Tabela 2.

Dos 20 maçons, 65% apresentam formação em curso superior, indicando que na elite maçônica estavam homens de alto capital cultural e que a escolaridade completa era a um tempo critério e elemento de homogeneidade (Silva & Bontempi Júnior, 2018). Neste caso, o capital interno ao 'campo maçônico' correspondia ao perfil dos primeiros escalões do campo político brasileiro, advindo do Império. Segundo

Carvalho (2003), a educação superior era poderoso elo ideológico da elite no período imperial e, pelo que se observa, também da elite maçônica no período republicano (Silva & Bontempi Júnior, 2018). Certamente, o número pode ser muito maior, pois a maioria dos maçons selecionados exercia atividade em profissões e carreiras que exigiam ensino superior.

Entre os 20 maçons, 7 (35%) formaram-se em direito, 2 engenheiros, 2 médicos, 1 militar e 1 farmacêutico (Tabela 3). Observa-se nesse período a predominância dos bacharéis de direito. O que reforça os estudos de Amaral (2006) sobre a elite maçônica do Paraná, os estudos de Beaurepaire (1998; 1999; 2002) sobre a elite maçônica francesa e os estudos de Silva e Bontempi Júnior (2018) sobre a elite maçônica paulista. Dentre os maçons que chegaram ao topo da hierarquia, grande parte atuava na cidade de São Paulo, local da Faculdade de Direito. A importância dessa instituição para a maçonaria paulista se verifica, inclusive, na composição da imagem de capa da revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo', que ostenta, no lado superior direito, o prédio das Arcadas em meio a um rico conjunto de alegorias e símbolos maçônicos. Para os redatores e para o ilustrador, a maçonaria e a Faculdade de Direito representavam lugares de poder e conhecimento, ocupados por pessoas letradas, seletas e ilustradas; portanto, o celeiro da 'elite maçônica' (Silva & Bontempi Júnior, 2018).

Tabela 1. Grau Maçônico.

Grau Maçônico	Número	Percentual
33	11	55
30	1	5
18	1	5
3	3	15
1	1	5
Não identificada	3	15
Total	20	100,0

Fonte: Revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo'. Elaborado pelos autores.

Tabela 2. Escolaridade.

Escolaridade	Número	Percentual
Curso Superior	13	65
Não identificada	7	35
Total	20	100,0

Fonte: Revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo'. Elaborado pelos autores.

Tabela 3. Modalidades de curso superior.

Curso Superior	Número	Percentual
Direito	7	35
Militar	1	5
Engenharia	2	10
Medicina	2	10
Farmácia	1	5
Não identificado	7	35
Total	20	100,0

Fonte: Revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo'. Elaborado pelos autores.

Com relação à ocupação, verifica-se a predominância do campo acadêmico (Tabela 4): dos 20 maçons, 10 (50%) atuavam como professores em escolas particulares e públicas. A segunda maior ocupação é o cargo de diretor, ou seja, 35% atuaram como diretores de escolas públicas e privadas. Os demais cargos de proprietário de escola, vice-diretor e inspetor também eram ocupações de alto prestígio social. Todas as ocupações indicam a predominância das profissões de natureza técnica ou intelectual que exigiam preparo e treinamento superior. Destacamos a trajetória intelectual de Roldão Lopes de Barros e sua ascensão no campo educacional brasileiro, atuando como professor e diretor da Escola Normal do Braz, participou do Manifesto dos Pioneiros da Educação e foi professor de História da Educação e Filosofia na Universidade de São Paulo (Bontempi Júnior, 2007).

Temos também a figura de Ramon Roca Dordal. Atuou como inspetor da instrução pública paulista e fazia parte da elite de professores da Escola Normal Caetano de Campos, ganhando projeção política e administrativa nos anos iniciais da primeira república. Foi um dos convidados por Julio de Mesquita a participar do Inquérito da Instrução em 1914, juntamente com membros da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista, que participavam intensamente de sua diretoria e da redação da 'Revista de Ensino' (Bontempi Júnior, 2006).

Tabela 4. Ocupação.

Ocupação	Número	Percentual
Diretor	7	35
Professor	10	50
Proprietário de Escola	1	5
Inspetor	1	5
Vice-Diretor	1	5
Total	20	100,0

Fonte: Revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo'. Elaborado pelos autores.

No aspecto da direção escolar, a fonte também faz menção a Horace Lane, diretor da Escola Americana de São Paulo e presidente do *Mackenzie College* (Silva, 2015). Também menciona a figura de Antônio Maria Guerreiro, proprietário do Ginásio Anglo Latino, voltado para a formação intelectual da elite paulista. O anarquista João Penteado, diretor da Escola Moderna é citado como maçom pelos redatores da revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo' e suas práticas educacionais são elogiadas constantemente.

A respeito de João Penteado, o trabalho de Peres (2004) também foca a atenção na educação anarquista, destacando as aproximações entre anarquistas, maçons e espíritas. Em 2010, Peres propõe revisar a trajetória de João Penteado e sua contribuição para a história da educação brasileira, porém deixando de pontuar a filiação do diretor da Escola Moderna com a maçonaria paulista. Na revista analisada João Penteado é mencionado como irmão, termo utilizado pelos maçons como forma de estabelecer o vínculo de pertencimento à maçonaria. Isto não apenas reforça os estudos de Peres (2004) que analisa as aproximações entre anarquistas, maçons, espíritas e protestantes como também avança em mostrar que o próprio João Penteado é maçom. O que abre novas possibilidades de leitura sobre a trajetória de João Penteado. A revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo' não faz menção alguma a participação de João Penteado ao movimento anarquista ou socialista, apenas dá visibilidade a Escola Moderna.

A Tabela 5 foi elaborada em ordem decrescente dos postos mais altos da maçonaria. Verifica-se que dos maçons escolhidos e envolvidos com a educação, nenhum chegou à instância máxima do poder maçônico, o Grande Oriente do Brasil. No âmbito estadual, dois (10%) exerceram o cargo de Grão Mestre do Estado de São Paulo e um (5%) chegou a ser Grão Mestre do Brasil Adjunto. Os demais (15%) exerceram cargos de projeção dentro das lojas maçônicas, como veneráveis e oradores. A par das posições dominantes alcançadas no campo maçônico, esses homens também obtiveram projeção no campo político.

Dos 20 biografados, 12 exerceram cargos políticos, reforçando a tese da forte ascendência da maçonaria sobre a política brasileira (Morel & Souza, 2008). Nenhum chegou à Presidência da República, 20 chegaram ao cargo de Senador, 30 como deputado, 20 vereador, 10 ministro, 5 inspetor escolar e 10% em outros cargos públicos.

Verifica-se, pela Tabela 6, a tendência de profissionalização dos maçons como senadores (20%) alcançaram esse cargo e 30% foram deputados, em movimento similar ao que Perissinotto e Costa (2015) revelam a respeito dos senadores brasileiros entre os anos de 1918 a 1937, ambos seguindo a antiga relação entre profissionalização da política e bacharelismo liberal (Adorno, 1988). Como se constata pelo cruzamento de datas indicadas nas Tabela 2 e 3, metade dos maçons envolvidos na política chegaram às instâncias de alto poder interno após o ingresso no campo político; outra metade foi iniciada antes de ingressar na política, indicando que o pertencimento foi um ativo relevante na reconversão ao campo político. A elite maçônica se fazia circular pelos dois campos, possivelmente iniciando membros da classe política e criando nela oportunidades para companheiros maçons, em estratégia de mão dupla cujo resultado era a ocupação de posições privilegiadas, as quais fortaleciam sua hegemonia nas esferas decisórias. Embora afirmando-se apolítica, a maçonaria se organizou de forma estratégica, a fim de que sua rede de sociabilidade alavancasse seus agentes, logo, sua ideologia e interesses ao campo político.

Verifica-se, no caso dos maçons analisados, da propalada relação entre formação e diplomação em Direito e ascendência à política, apontada por Canêdo (2002) como estratégia das famílias paulistas e mineiras para o controle de sua reprodução, como espaço de mobilização de capitais e aprofundamento dos laços de solidariedade. A formação acadêmica dos políticos paulistas e mineiros teria contribuído, pois, para sua homogeneidade profissional e cultural, ao desenvolver habilidades como o talento oratório, o hábito de falar em público e o domínio dos conhecimentos jurídicos, de vez que todo ato político se traduz por um texto legislativo.

Tabela 5. Cargo maçônico.

Cargo	Número	Percentual
Grão Mestre do Brasil	0	0
Grão Mestre do Brasil Adjunto	1	5
Grão Mestre Estadual	2	10
Membros na Assembleias Maçônicas	3	15
Veneráveis de Lojas	3	15
Orador nas Lojas	3	15
Não identificado	8	40
Total	20	100,0

Fonte: Revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo'. Elaborado pelos autores.

Tabela 6. Cargos políticos.

Nome	Prefeito	Senador	Deputado	Vereador	Ministro	Inspetor	Outros Cargos
José Luiz Flaquer		X	X				
Ernesto Goulart Penteado				X			
Antonio Francisco Paula Souza			X		X		
Pedro Augusto Gomes Cardim			X	X			
Carlos Reis				X			
José Eduardo Macedo Soares							
Antonio Maria Guerreiro							
Horace Manley Lane							X
Angelo de Sílvia		X	X		X		
Cândido N. Nogueira da Mota		X	X	X			
Rangel Pestana	X	X					
Ramon Roca Dordal						X	
Roldão Lopes de Barros							
João Penteado							
Nelson Teixeira							
Porphirio Antonio Couto Guerreiro							
Spencer Vampré			X				
Frederico Carlos Spicacci							X
Francisco Conceição							
João Ventura Fornos							

Fonte: Revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo'. Elaborado pelos autores. Os espaços em branco indicam ausência de informação.

A educação e as escolas na revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo'

Em relação a educação, os maçons não apenas se envolveram na organização de escolas, mas também compreendiam que através dela seria possível alcançar o progresso, o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para eles, a educação era a única forma de combater a ignorância, a pobreza, a miséria, enfim, modernizar o Brasil. Para tanto, era preciso educar o pobre, o povo e a mulher. Era preciso educar o pobre, a fim de torná-lo mais dócil, ordeiro, produtivo e submisso aos valores morais da classe que os maçons pertenciam. “A causa de um país distante do progresso era a educação dos jesuítas, a pobreza, o analfabetismo e a ignorância” (A Maçonaria no Estado de São Paulo, agosto de 1913, p. 107).

A educação no período estudado foi uma importante bandeira levantada pela maçonaria e pelos maçons como estratégia de modernização da sociedade. A revista, como órgão oficial da maçonaria paulista, traz em suas páginas várias informações sobre a perspectiva educacional dos maçons. Estes agentes sociais, como integrantes das elites, não apenas colocaram em prática a ação educacional, mas também realizaram projetos educacionais de cunho pessoal, visando o progresso da sociedade. Através da revista, é possível perceber as representações que tais agentes construíram a respeito da educação, inclusive tecendo crítica a educação jesuítica.

A Escola Maçônica é a única arma capaz de cortar os braços enormes do obscurantismo que traz nas teias que de longos anos vem tecendo, enredada a consciências dos entes que mais amamos... É por isso que, do púlpito, o jesuíta insulta e fere sem temer, sem receio: a multidão que os escuta admira a sua audácia e deixa-se dominar como um grande touro bravio que o laço prende pelas pontas. E como si não bastasse o púlpito, ele tem ainda a Escola, onde cria, amolda e dobra a consciência da infância ao sabor dos seus escuros desígnios. Ali está o que é preciso combater com afinco, opondo ao púlpito a tribuna, ao colégio paroquial a escola Maçônica. Mas – é necessário que a escola seja uma Escola de fato, onde se ensine à infância, sem grandes figuras retóricas, os preceitos da nossa Subl.ª. Ord.ª. [sic] preceitos que, de tão limpos e puros, podem formar um grande e verdadeiro catecismo de Moral e de Civismo (A Maçonaria no Estado de São Paulo, agosto de 1913, p. 107).

Em 1914, a revista traz um artigo intitulado: ‘Destruir para instruir’. O articulista exalta a importância da educação contra o obscurantismo do analfabetismo. Inspirado na frase de Victor Hugo: ‘Uma escola que se abre é uma cadeia que se fecha’, procura mostrar a importância da educação para seus leitores. Ele ainda evoca a França como modelo de nação, de República e compromisso com a instrução, a fim de mostrar o resultado que uma nação alcança quando investe na educação. Segundo o articulista, o segredo da estabilidade do povo francês foi fruto da instrução e um povo oprimido era aquele que vivia nas dobras do analfabetismo. Na sua concepção a única forma de alcançar a liberdade era através da educação: “Para sermos homens independentes é preciso que tenhamos conhecimentos; quem tem conhecimentos tem direito e quem tem direito tem por sagrado dever zelar por ele” (A Maçonaria no Estado de São Paulo, janeiro de 1914, p. 8). Neste sentido, o articulista propõe difundir a instrução como elemento de primeira necessidade, como diretriz para se obter a ‘paz da consciência, a paz da família, a Paz Universal’.

Para se alcançar a tão sonhada democracia era preciso investir na educação, inclusive na educação da mulher. Na edição de outubro de 1922, o editorial da revista publica o artigo: ‘Eduquemos a mulher’, pois ela representava o verdadeiro fundamento da família. Embora enfatizando a importância da educação para a mulher, os redatores não deixam de reforçar as representações da mulher como cuidadora do lar e mãe. Para eles, o progresso do país só era possível através da educação do povo. Na edição de agosto de 1923, publicam um artigo de três páginas, intitulado: ‘A Ação da Maçonaria – eduquemos o povo’. Para fundamentar seus argumentos em torno da importância da educação para a regeneração da sociedade, citam o pensamento de Herbert Spencer¹, acentuando os principais pontos em torno da educação: “[...] a educação que tem em vista a conservação direta do indivíduo, a que lhe ensina a prover o seu sustento, a ilustração que lhe ensina a educar a família, a que forma o cidadão e a que permite enfim gozar os diferentes prazeres da vida” (A Maçonaria no Estado de São Paulo, agosto de 1923, p. 98). Ao apropriarem do pensamento de Spencer, os maçons reproduzem a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade. Cada ponto citado do pensamento de Spencer é discutido pelo articulista com o objetivo de convencer seu leitor a aceitar seus argumentos em favor de uma educação que visava regenerar a sociedade dos seus males, fortalecer a família, a sociedade e a Pátria.

Observa-se nesse período que a revista ‘A Maçonaria no Estado de São Paulo’ publica novamente vários artigos contra o catolicismo, dizendo entre outras coisas, que a causa de todo o retrocesso na educação brasileira era a presença dos jesuítas. Neste período havia a pretensão de implantar o ensino religioso nas escolas. Segundo Colussi (1998), a maçonaria brasileira foi desde o período imperial brasileiro a favor do ensino laico e até meados de 1920 visceralmente contra a presença da educação jesuíta no Brasil. De fato, pela revista, observamos que os maçons se posicionaram novamente a favor do ensino laico e contra a presença da educação jesuíta. A oficialização do ensino religioso nas escolas para os maçons era inconstitucional (A Maçonaria no Estado de São Paulo, julho de 1929).

Novamente, os maçons se posicionam contra o intuito governamental de inserir o ensino religioso nas escolas brasileiras. Para eles, tal imposição além de inconstitucional, privilegiava a Igreja Católica Romana, fortalecendo sua hegemonia sobre as demais religiões (A Maçonaria no Estado de São Paulo, maio de 1931). Esta estratégia dos maçons em combater a presença dos jesuítas no campo educacional nos sugere pensar que este grupo religioso representava um problema político a ser combatido pelos maçons, pois de certa forma era um grupo que defendia ideais educacionais diametralmente diferente das práticas educacionais dos maçons (Silva, 2010). Adotar a educação jesuítica como modelo era retroceder do ponto de vista educacional. Permitir o ensino religioso nas escolas era distanciar-se de uma sociedade moderna, desenvolvida do ponto de vista econômico e social. Para tanto, era preciso impedir a interferência do catolicismo na vida política do país. Temos neste sentido, uma disputa pela dominação do campo educacional. Para os maçons, o catolicismo, analfabetismo e a pobreza eram os males que precisavam ser combatidos através da educação.

Em relação as instituições educacionais, a fonte analisada menciona várias escolas²: Grupo Escolar Sete de Setembro (A Maçonaria no Estado de São Paulo, setembro de 1919), Instituto Independência (A Maçonaria no

¹ Para um estudo aprofundado sobre o positivismo e a educação, consultar: Tizzot Filho, Omais Guilherme Positivismo e Educação na Obra de José Feliciano de Oliveira. Tese de doutorado. Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, 2017.

² Moraes (1990) elenca as iniciativas educacionais de várias lojas maçônicas da capital e interior: América de São Paulo, Loja União e Fraternidade de Mogi Mirim, Loja Independência de Campinas, Loja Cruz d’Oeste de Araraquara, Loja Regeneradora de Tatuí, Loja Constância de Sorocaba, Loja Fraternidade de Taubaté. Silva (2010) destaca a iniciativa educacional da Loja Maçônica Perseverança III. Magalhães (2013) enfatiza que a maçonaria brasileira organizou uma rede de escolas.

Estado de São Paulo, agosto de 1925), Instituto Paulista Ciência e Educação (A Maçonaria no Estado de São Paulo, setembro de 1925), Ginásio Anglo Latino (A Maçonaria no Estado de São Paulo, outubro de 1924), atualmente Colégio Anglo, cujo proprietário era o diretor Antonio Maria Guerreiro. Temos a Escola Luiz Gama (A Maçonaria no Estado de São Paulo, janeiro de 1929). A fonte também menciona as escolas noturnas mantidas pela Loja Perseverança III, que discutimos em trabalho anterior (Silva, 2010). Além de citar a Escola Moderna ligada ao movimento anarquista, fundada em 1912, cujo diretor era o maçom João Penteado (A Maçonaria no Estado de São Paulo, outubro/novembro de 1918). Esta escola em nossa perspectiva era a que a tinha de fato uma proposta libertária para os mais desfavorecidos. A fonte também faz alusão a Escola Americana de São Paulo e ao Mackenzie College (A Maçonaria no Estado de São Paulo, outubro de 1912).

Considerações finais

Como apontamos acima, o método prosopográfico é bastante conhecido no campo das ciências sociais e história, mas ainda, pouco utilizado no campo da história da educação. O trabalho apresentou de forma introdutório uma possibilidade de uso na perspectiva da história da educação. Primeiramente, tentamos identificar os trabalhos que na atualidade fizeram uso da prosopografia e em seguida, a partir de uma fonte primária, mostramos como é possível utilizá-lo no campo da história da educação. Para tanto, selecionamos 20 maçons que exerceram atividades educacionais na esfera pública e particular. Entre as características coletivas dos biografados, está o alto índice de capital cultural, ou seja, 65 com formação no ensino superior, 60 assumiram cargos políticos (como senadores e deputados), 50 exerceram o magistério, e 35% foram diretores de escolas e colégios. Dos 20 biografados, 35% tiveram formação superior em direito. O que denota que tinham forte capital cultural, econômico e social. Ao analisar os espaços de ocupação e as trajetórias percebeu-se que eles ocuparam posições de poder, espaços elitizados, letrados e assumiram posições no campo político e educacional. O trabalho mostrou que em relação a formação superior dos maçons analisados a prevalência recaiu em cursos elitizados e de maior prestígio social da época: bacharel em Direito, Medicina e Engenharia. Dos maçons biografados, 65% chegaram ao topo da trajetória maçônica, ou seja, ao grau 33. O que lhe conferiu posição de destaque no campo maçônico, educacional e político. Neste sentido, observou-se que os maçons analisados circularam em diversos campos: educacional, maçônico, político e em cargos burocráticos e administrativos. Além disso, iniciaram em seus quadros membros da classe política, com o objetivo de criar oportunidades para os membros do campo maçônico atuarem no campo político e ocuparem posições privilegiadas na sociedade paulista. Esta estratégia fortaleceu a hegemonia maçônica, não apenas no campo maçônico, mas através das redes de sociabilidades, ideologia e interesses no campo político. Mesmos os maçons anarquistas atuaram em vários campos sociais, porém fizeram circular suas ideologias na imprensa operária.

O método em relação a educação mostrou que os maçons biografados se preocuparam com a educação e organizaram escolas com objetivo de oferecer instrução elementar às camadas sociais elitizadas e desfavorecidas. Em meio a essas iniciativas, outros projetos educacionais, voltados aos filhos dos maçons, foram pensados, mas não executados. De todo modo, a expectativa que nutriam de criar ginásios (escolas secundárias) para seus filhos indica o encaminhamento da formação intelectual da prole para o mesmo destino dos pais, que haviam frequentado espaços educativos privilegiados, como a Faculdade de Direito de São Paulo. Os maçons viam a pobreza e o analfabetismo como elementos a serem combatidos, a fim de que o Brasil experimentasse o progresso social, econômico e cultural, posição que sustentava seus esforços na criação de escolas, notadamente, para os mais necessitados e elitizados. Utilizando-se de boas relações no campo político, conseguiram, também, importantes apoios logísticos e financeiros do poder público e de particulares em suas iniciativas. A insistente preocupação com a publicidade de sua benemerência, revelada pela revista, indica que a disposição dos maçons em educar a sociedade e seus vários grupos sociais era, além disso, um meio de propagar sua distinção social, acumular capital no interior no 'campo maçônico' e formar uma elite.

O trabalho também mostrou que algumas instituições escolares que esses educadores organizaram atraíam públicos diferentes. Entre as figuras, destacamos a presença do maçom João Penteado, anarquista e diretor da Escola Moderna nº 1; Horace Lane que atuou como diretor da Escola Americana de São Paulo e Mackenzie College e o professor Antonio Maria Guerreiro – proprietário do Colégio Anglo. Entre os professores maçons, destacamos: Carlos Reis, Angelo Silvio, Ramon Roca Dordal (professor e inspetor escolar), Roldão Lopes de Barros que na trajetória campo educacional atuou como Diretor da Escola Normal do Braz, professor de História e Filosofia da Educação na Universidade de São Paulo, participou do Manifesto dos Pioneiros da Educação e Spencer Vampré, professor e Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Para eles, as escolas eram um instrumento eficaz para combater a ignorância, a pobreza, a miséria, enfim, proporcionar o tão almejado progresso da sociedade brasileira. Para tanto, era preciso educar o pobre, o povo e a mulher. Pela nossa fonte, as iniciativas dos maçons para concretizarem seus projetos aconteceram no âmbito pessoal e organizacional. No âmbito pessoal, organizaram escolas particulares para atender os filhos das elites. No organizacional, as lojas investiram recursos em escolas para atender os mais desfavorecidos. Tais escolas eram vistas por eles, como espaços de construção do conhecimento e que ajudariam o país a progredir. Porém, observamos também que elas se tornaram espaços sociais em que a distinção também se fez presente. Para os maçons, era preciso educar o pobre, torná-lo mais dócil, ordeiro e submisso aos valores morais da classe que os maçons pertenciam. Apenas a Escola Moderna, mantida pelo maçom anarquista João Penteado tinha uma proposta diametralmente diferente das escolas organizadas pelos maçons liberais.

Enfim, a nossa fonte, a revista 'A Maçonaria no Estado de São Paulo', possibilitou trazer para a história da educação intelectuais maçons, anarquistas, socialistas e algumas escolas pouco citadas e conhecidas. Entendemos que tal fonte abriu caminho para futuras pesquisas que tomem cada escola como objeto de pesquisa.

Referências

- Antonio, G. (1912). A educação Jesuíta. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, outubro de 1913.
- Antonio, G. (1913). Escolas Maçônicas. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, agosto de 1913.
- Antonio, G. (1914). Destruir para instruir. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, janeiro de 1914.
- Antonio, G. (1918). Escola Moderna. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, outubro e novembro de 1918.
- Antonio, G. (1919). Grupo Escolar Sete de Setembro. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, setembro de 1919.
- Antonio, G. (1922). Eduquemos a mulher. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, agosto de 1922.
- Antonio, G. (1923). A Ação da Maçonaria – eduquemos o povo'. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, agosto de 1923.
- Antonio, G. (1924). Ginásio Anglo; *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, outubro de 1924.
- Antonio, G. (1925). Instituto Independência. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, setembro de 1925.
- Antonio, G. (1929). Ensino Laico. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, junho de 1929.
- Antonio, G. (1929). Escola Luiz Gama. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, janeiro de 1929.
- Antonio, G. (1931). A educação Jesuíta nas Escolas. *Revista: A Maçonaria no Estado de São Paulo*, maio de 1931.
- Adorno, S. (1988). A profissionalização da política e o bacharelismo liberal. In S. Adorno (Ed.), *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira* (p. 157-234). Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra.
- Amaral, S. M. (2006). *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Batalha, C. H. M. (1997). Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, 5(8), 91-99. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6197>
- Batalha, C. H. M. (2009). Escrevendo a biografia dos “obscuros ativos”: a experiência do dicionário do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro. *Perseu*, (3), 173-183.
- Beaurepaire, P.-Y. (1998). *Franc-maçonnerie et cosmopolitisme au siècle des lumières*. Paris, FR: Encyclopédie Maçonniques.
- Beaurepaire, P.-Y. (1999). *La République universelle des francs-maçons. De Newton à Metternich*, Rennes. Paris, FR: Ouest-France.
- Beaurepaire, P.-Y. (2002). *Nobles jeux d'arc et loges maçonniques dans la France des lumières*. Paris, FR: Ivoire-Clair.
- Bontempi Júnior, B. (2007). O ensino e a pesquisa em história da educação brasileira na cadeira de Filosofia e História da Educação (1933-1962). *História da Educação*, 11(21), 79-105.
- Bottomore, T. B. (1974). *As elites e a sociedade* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, SP: Edusp.
- Busino, G. (1992). *Chapitre VII: recherches historiques sur les élites*. In G. Busino (Ed.), *Élites et élitisme* (p. 87-88). Paris, FR: Presses Universitaires de France.
- Canêdo, L. B. (2002). Hérédité en politique, ou comment acquérir les dispositions et compétences nécessaires aux fonctions de représentation politique (1945-1964). *Cahiers du Brésil Contemporain*, 47-48, 71-119.
- Carvalho, J. M. (2003). *A construção da ordem: a elite imperial/ teatro de sombras: a política imperial* (4a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Charle, C. (2001). *Prosopography (collective biography)*. In N. J. Smelser, & P. B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social and behavioral sciences* (p. 12236-12241). Oxford, GB: Elsevier.
- Charle, C. (2006). Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In F. M. Heinz (Org.), *Por outra história das elites* (p. 19-39). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Codato, A. (2015). Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In R. Perissinotto, & A. Codato (Orgs.), *Como estudar elites* (p. 15-32). Curitiba, PR: UFPR.
- Colussi, E. L. (1998). *Plantando ramas de acácia: a maçonaria gaúcha no século XIX* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Costa, O. A. (2013). *O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 – 1881)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador. Vol 1: a história dos costumes* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Fraga, A. S. (2017). *Trajetórias de alunas-mestras a professoras intelectuais da educação no Rio Grande do Sul (1920 a 1960)* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Ginzburg, C. (1989). O nome e o como. In C. Ginzburg, H. Castelnuevo, & C. Poni (Eds.), *A micro-história e outros ensaios* (p. 169-178). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Heinz, F. M. (2006). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Heinz, F., & Codato, A. (2015). A prosopografia explicada para cientistas políticos. In R. Perissinotto, & A. Codato (Orgs.), *Como estudar elites* (p. 249-278). Curitiba, PR: UFPR.
- Lança, J. F. (2018). *Capitais e formação acadêmico-profissional dos egressos da Escola Politécnica de São Paulo (1899 a 1905)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Leferme-Falguières, F., & Van Renterghem, V. (2001). Le concept d'élites. Approches historiographiques et méthodologiques. *Hypothèses*, 1(4), 55-67.
- Maitrón, J. (1964). *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*. Paris, FR: Ouvrières.
- Magalhães, F. S. (2013). *Maçonaria e educação (1889-1930): contribuições para o ideário republicano* (Tese de Doutorado). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Mills, C. W. (1956). *The power elite*. New York, NY: Oxford University Press.
- Moraes, C. S. V. (1990). *O Ideário Republicano e a Educação: o colégio "Culto Ciência" de Campinas. Uma contribuição para a História das Instituições* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Morel, M., & Souza, F. J. O. (2008). *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Mosca, G., & Bouthoul, G. (1975). *História das doutrinas políticas desde a antiguidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Pareto, V. (1996). *Manual de economia política*. São Paulo, SP: Nova Cultural.
- Peres, F. A. (2004). *Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Perissinotto, R., & Costa, L. D. (2015). Regime político oligárquico e profissionalização política: o caso da Primeira República brasileira (1889-1930). In 2ª Reunión Internacional sobre Formación de las Elites: enfoques y avances de investigación en el estudio relacional de las desigualdades. Buenos Aires, AR: Flacso.
- Santos, P. S. (2018). *A história da África e cultura africana e afro-brasileira em livros didáticos da educação de jovens e adultos* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Schmidt, B. B. (2000). "A parte dos homens": biografia, autobiografia e história do movimento operário. In *XXIV Encontro Anual da ANPOCS* (p. 1-17). Petrópolis, RJ: ANPOCS.
- Silva, C. M. N. (2016). "Para os grandes males, os grandes remédios": propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903) (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, I. B. (2010). *A cidade, a igreja e a escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, I. B. (2015). *A figura de Horace Lane: lutas de representações e formação da rede de Escolas Americanas no Brasil (1885-1912)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, I. B. (2019). Arquivos e fontes em história da educação: relato de pesquisas. *Educare*, 3(1), 3-18.
- Silva, I. B., & Bontempi Júnior, B. (2018). Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista A Maçonaria no Estado de São Paulo (1912-1932). *Revista Brasileira de História da Educação*, 18, e039. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e039>
- Stone, L. (2011). Prosopografia. *Revista Sociologia e Política*, 19(39), 115-137. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>
- Tizzot Filho, O. G. (2017). *Positivismo e educação na obra de José Feliciano de Oliveira* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Verboven, K., Carlier, M., & Dumolyn, J. (2007). The nature of prosopography. A short manual to the art of prosopography. In K. S. B. Keats-Rohan (Ed.), *Prosopography approaches and applications* (p. 35-70). Oxford, GB: Handbook.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Ivanilson Bezerra da Silva: é pedagogo pela Universidade de Sorocaba (2005). Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (2010). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (2015). Pós doutor em Educação pelo Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2018). Tem experiência na área da Educação, com concentração em História da Educação. Desenvolve pesquisas sobre: protestantismo e educação, instituições escolares, maçonaria e educação, elites e educação, intelectuais liberais, anarquistas e educação. Atualmente é Diretor Geral de Faculdade de Sorocaba.

E-mail: rev.ibs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4269-0743>

Jefferson Carriello do Carmo: Professor Titular da Universidade de Sorocaba – Uniso. Possui graduação em Pedagogia – Universidade de Sorocaba – Uniso (1993), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – (1999), doutorado em Educação - Unicamp (2004). Pós doutor pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História – Unicamp (2007). Atualmente é professor/pesquisador da Universidade de Sorocaba - Uniso Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação e Políticas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Educação Profissional, Educação Técnica, Políticas educacionais, industrialização e trabalho, trabalho e educação, Ensino Médio Integrado, Antonio Gramsci.

E-mail: jeffccprof@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6816-5667>

NOTA:

Os autores declaram que são responsáveis pela concepção, análise e interpretação dos dados; redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e ainda, aprovação da versão final a ser publicada.